

CIRCULARIDADES DA MEMÓRIA. ENTRE O IMPENSADO SOCIAL E A FORMALIZAÇÃO

ADELAIDE MILLAN DA COSTA

O tema que preside aos encontros do *Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares* deste ano – **Memória e Sociedade** – é, por demais, generalizante. Conhecidos os mecanismos operativos da memória que a fazem iludir, preservar, calar, compor, abre-se caminho a uma multiplicidade de abordagens que, sem abandonar as áreas de pesquisa de cada um, exploram, com toda a acuidade, exemplos historicizados desses processos.

Assumindo estas directrizes, proponho-me reflectir sobre a matéria, não como um simples exercício descontextualizado da razão – tarefa a cumprir por outras jurisdições epistemológicas – mas tendo por base discursos concretos, quer os emergentes da sociedade ou emitidos pelos poderes, quer os historiográficos.

Não pretendo, contudo, como esta bipolarização parece indicar, contrapor memória e história. Actualmente, o paradigma de apreensão dos fenómenos sociais valoriza os vínculos em detrimento das rupturas, as solidariedades em desfavor dos confrontos¹. E este expediente conceptual, bem mais subtil do que o que procura os antagonismos individualizantes, aplicar-se-á, também, às relações existentes entre as heranças informais e formalizadas do passado humano e a ciência cujo objecto coincide com esse passado.

Se, de algum modo, autonomizo em categorias estanques realidades indissociáveis, faço-o como diligência de análise que desde já considero necessária, mas redutora. Assim, distingo eventuais memórias existentes em estado bruto das que foram modeladas, ambas integrando o imaginário social. E, artificialmente, diferencio os sujeitos empenhados na sua construção, ou seja, os poderes, a sociedade e a historiografia. Como sustentáculo espacial e orgânico para observar o agir destes sujeitos e a substância temática das memórias escolhi uma cidade.

Longe de estrangular a pesquisa, a centralização da problemática num núcleo urbano alarga as suas perspectivas. Trata-se de um campo de apreensão simultaneamente circunscrito e complexo visto nesse território agirem vários poderes – e estou a limitar-me aos políticos² – que se traduzem em forças concorrentes ou convergentes na elaboração da memória. Nesse sentido, captam-se construções mentais com conteúdos e objectivos diferenciados: tanto as que garantem uma especificidade ao núcleo, quanto as que tendem a fundi-lo numa entidade política superior.

Cada cidade ou vila possui uma personalidade sustentada em factos, historicizados ou não, que a tornam única e definem o carácter das suas gentes; por outro lado, é também palco de concretizações que moldam uma memória que transcende os seus limites territoriais. Estabelece-se um fluxo de pressões circulares pelo qual as estruturas centrais incutem naquele espaço concreto ideais de uniformização e as autárquicas tendem a projectar para o exterior uma determinada imagem da comunidade³.

Pensemos, agora, na sociedade. Afastada da formulação intencional da memória, ela exerce, inegavelmente, um papel activo; papel esse que torna urgente o desenvolvimento de uma arqueologia dos processos de recepção. A sociedade deturpa, esquece, valoriza as suas experiências vivenciais e as mensagens de que é destinatária; cria, por vezes, memórias alternativas que permanecem mesmo contra a vontade e a acção das estruturas políticas que a enquadram. De facto, os poderes não conseguem prever a aceitação coeva e, muito menos, o reflexo futuro dos métodos que usam para compor imagens da realidade.

E, a questão do futuro conduz-nos à história. Objectivar a historiografia construída sobre um centro urbano é aliciante para perceber a influência do impensado social⁴ sobre o trabalho do historiador; não para o questionar o inquestionável – a influência que exerce no seu ofício – mas para desmontar mecanismos dessa ascendência.

Ultrapassando estas considerações em que se explicitam as categorias da abordagem e as várias linhas a explorar, passo a uma análise situacional, devidamente contextualizada no espaço e no tempo.

Previsivelmente o espaço coincide com a cidade do Porto e o tempo distende-se pelos últimos cinco séculos. Esta cronologia alargada justifica-se pela existência de épocas de aceleração em que se criam e reformulam os esteios das arquitecturas mentais estruturantes. Contudo, os factos em que tais construções se alicerçam podem ser historicamente mais longínquos, quando não integrar-se no âmbito do mito.

Abdicando de explorar as acções encetadas no sentido de fazer comungar a cidade de ideologias comuns ao país, limito-me a tomar por objecto memórias que tendem a garantir a identidade ao Porto.

É actualmente aceite pelo comum dos historiadores que as lutas em que os autarcas da cidade e os donatários – os bispos – se envolveram nos séculos XIII e XIV concederam uma inegável maturidade política aos homens que lideravam o concelho⁵. Assim, no século XV, o poder municipal portuense era forte – dentro dos limites impostos pela prática e pela doutrina políticas – mercê do estatuto económico do burgo e do seu posicionamento no sistema político do reino. A qualidade ideológica⁶ dos indivíduos que o governavam reflecte-se, por exemplo, no esforço financeiro – em parte suportado por particulares – desenvolvido para reunir documentos onde a história, a definição jurisdicional e os privilégios da cidade se encontravam transcritos – o célebre *Livro Grande* que foi, ao tempo, acompanhado por outras compilações de similar importância. A recolha desse material, movida por fins pragmáticos porque os documentos serviam para negociar com a coroa e apresentar em juízo, não seria estranho o objectivo de lhes atribuir uma função simbólica a par do seu valor jurídico⁷.

Ao longo de toda a Idade Média sucederam-se conjunturas em que os direitos adquiridos pelo Porto foram postos em causa. Contudo, no século XV, certos acontecimentos funcionaram como precipitantes que desencadearam a formalização da memória.

Assim vejamos. O ordenamento preservado de forma mais arreigada pelo burgo era o que impedia a permanência de privilegiados no seu interior. Nos anos trinta do século XV, para além dos titulares de jurisdições no termo da cidade que reiteradamente a ela procuravam ter acesso, havia um fidalgo por demais temido: o duque de Bragança. Daí que o seu intuito de possuir casa no Porto tenha estado na origem de um sustentado protesto da autarquia apresentado em capítulo especial nas cortes de Évora de 1436. Neste agravamento, os dirigentes municipais transmitem uma interpretação da realidade que enaltece o burgo tentando, em simultâneo, acoplar-se à memória da coroa. O Porto é elevado a poderoso sustentáculo da dinastia de Avis; tal papel inicia-se no contexto da crise de 1383/85, transformando a cidade num pilar da independência do reino; mantém-se no contributo do burgo para a expansão territorial do mesmo, como o seu brilhante desempenho na conquista de Ceuta o prova⁸.

A argumentação expressa em 1436 teve, provavelmente e em exclusivo, intuítos imediatistas; a verdade é que foi retomada ciclicamente no diálogo estabelecido entre o concelho e a coroa, mantendo, cerca de um século depois, toda a sua acuidade⁹. Cumpre, assim, a sua qualidade de mensagem ideológica: é estruturada, intencional e utilizada de forma recorrente.

A longevidade deste discurso parece, contudo, ser mais prolongada: sofreu, obviamente, metamorfoses e desligou-se dos seus referentes iniciais. Mas terá permanecido como um facto determinante do imaginário da cidade e, também, da imagem externa dos portuenses.

Um sentir generalizado foi-se instalando na sociedade portuense, estruturado pelo governo municipal e eventualmente por outras elites; ter-se-á cimentado atendendo ao desajustamento crescente entre vários factores: o peso económico da cidade, o lugar que lhe cabia na geografia política e os seus desempenhos em prol do bem comum.

De facto, o Porto protagoniza a liderança de iniciativas políticas, sem que o poder instituído à escala do país sedeie no seu território. Aliás, já desde a Idade Média o burgo guardava a memória da ausência da pessoa física do rei e da sua corte¹⁰.

E é só nos momentos em que a ordem é gravemente posta em causa, e sempre a título provisório, que o Porto se transforma em "capital". Basta percorrer os acontecimentos políticos do século XIX para visualizar os portuenses como actores e o Porto como palco de factos de âmbito nacional: na luta contra os franceses em 1808, no pronunciamento de 24 de Agosto de 1820, na revolta de 1828 de apoio à Carta, na resistência ao cerco da cidade feita pelas tropas miguelistas em 1833, na liderança na Patuleia, no levantamento de 1850, na proclamação antecipada da República, em 31 de Janeiro de 1891. E a assunção deste papel – mais modesto durante o Estado Novo ainda que expresso em algumas revoltas – ganhou novo fôlego pelos anos de 75 do século XX¹¹. Se o Palácio de Cristal, inaugurado em 1865, materializa a reivindicação portuense de um desenvolvimento que não se acantona apenas em Lisboa, certos acontecimentos de finais do século XIX "divorçam" a cidade nortenha da capital e fazem-na "fechar no seu provincianismo". Assim, o desfecho da revolta de 31 de Janeiro e os seis meses de isolamento sanitário a que foi sujeito mercê de uma epidemia, estimulam a corporização do sentimento do abandono a que o Porto é deixado pelas instâncias centrais¹². Nestas circunstâncias é relativamente fácil emergirem os ódios. Porque o Porto sofre com a ingrata posição de ser o primeiro entre os segundos.

Ensaando o esquisso de uma arqueologia do sentimento bairrista reiteradamente expresso e, de pronto, ridicularizado pelos de fora, vejamos algumas das imagens que povoam, actualmente, o impensado social portuense.

O imaginário tripeiro encontra-se intrinsecamente imbuído de legados historicizantes. Alguns remetem para o altruismo das opções do burgo. Assim, a matéria substantiva da mensagem que os autarcas quatrocentistas construíram é retomada na actualidade: lembremos a auto-designação de *tripeiros* que radica na dieta alimentar deficiente a que, voluntariamente, as gentes do Porto se sujeitaram para que a carne abastecesse as embarcações que rumavam à conquista de Ceuta, em 1415¹³. Outras memórias apontam para uma ancestralidade e pureza étnica que escapa a quantos sejam naturais do sul do rio Douro: como é visível no paradigma do bairrismo acicatado traduzido na conotação pejorativa que os portuenses atribuem à palavra "mouros".

E qual o papel da historiografia em todo este processo¹⁴?

A mensagem ideológica elaborada no século XV para sustentar propósitos do concelho irá largamente imbuir o discurso historiográfico portuense. Pensemos nos autores dos anos sessenta, homens que guardavam a memória do burgo existente nos arquivos, tinham ligações ao poder político, em suma, eram os garantes da ortodoxia cultural portuense. Esses historiadores transformaram em factos históricos os argumentos que os homens do poder municipal utilizavam no âmbito específico de uma relação de poder com a coroa. Adoptavam-nos acriticamente. Ou, talvez, intencionalmente os adoptassem de uma forma acritica¹⁵.

De Portucale a Portugal: o nome cidadão volve-se nome nacional¹⁶; Quando o Porto socorreu Lisboa¹⁷; A cidade que viu nascer o Infante¹⁸: são estes os títulos que os portuenses se habituaram a ver nos jornais, a ouvir em conferências, e alguns a ler *na História da Cidade do Porto*, escrita numa época em que a comemoração propiciava a existência de públicos mais alargados.

Actualmente joga-se com outras categorias. A historiografia sobre o Porto assume como tópicos de discurso o que, ainda há 30 anos, se acolhia como expressão da mais pura realidade¹⁹.

Mas será que os portuenses historiadores do Porto se encontram demasiado vinculados ao seu objecto, para lá das escolas históricas que perfilham, das metodologias utilizadas, dos pressupostos de base assumidos? Apesar dos esforços de racionalização o seu impensado social pesará em excesso no resultado do seu trabalho? Se, como escreve Georges Duby, o historiador é obrigado a fazer uso da sua liberdade²⁰, até que ponto os estigmas que condicionam essa liberdade são, minimamente, consciencializados?

Concluindo, o discurso quatrocentista dos homens do governo municipal terá correspondido a uma formalização preliminar do que virá a ser a pedra de toque do imaginário da sociedade portuense. Verifica-se um processo de circularidade entre o impensado social e modelações várias cujos percursos dificilmente se definem mas que de não se pode negar a existência.

Notas

¹ Refiro-me, concretamente, aos métodos actuais de pesquisa sobre grupos sociais em que a tradicional procura de critérios de separação foi superada pela análise das infindas ligações entre indivíduos que pertencem a vários grupos. Sobre o tema *vd.* José María Imízcoz Beunza, "Comunidad red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen", in *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna (Estado de la cuestión y perspectivas)*, Bilbao, Ed. Universidad País Vasco, 1996, pp. 14-15.

² Cf., sobre o conceito alargado de poderes que a actual história política contempla, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 4, *O Antigo Regime* coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 6-7.

³ Esta ideia deve, contudo, ser matizada, porque a exploração da especificidade de um núcleo urbano não tem forçosamente de corresponder a um acto desenvolvido pelas instâncias políticas locais; também o poder central fomenta factos estruturantes da herança cultural de determinada cidade ou vila, movido pelos mais variados designios.

⁴ Trata-se de um conceito assumido pelos historiadores do poder pretendendo significar as concepções profundas não racionalizadas que condicionam a sociedade – *vd.* António Manuel Hespanha, *História de Portugal Moderno (Político e Institucional)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp. 18/19.

⁵ Cf. Armindo de Sousa, "Tempos Medievais", in *História do Porto*, dir. Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 207 e ss.

⁶ Ideologia corresponderá a uma interpretação da realidade estruturada, coerente, intencional e apresentada de forma recorrente. Esta definição foi colhida em Michel Vovelle e expressa por José Manuel Nieto Soria, "La ideología política bajomedieval en la historiografía española", in *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. 50/2, núm. 175, Madrid, CSIC, 1990, pp. 667-681 e "Ideología y centralización política en la crisis bajomedieval. Vías de aproximación y dificultades interpretativas", in *Historia a Debate. Medieval*, Carlos Barros editor, Madrid, 1995, p. 152. Com base nestes pressupostos, atribuir aos indivíduos que lideravam os destinos do Porto qualidade ideológica significa, tão somente, que eles têm consciência da sua função de líderes, constituem-se em grupo destacado da comunidade e prosseguem objectivos definidos orientados para adquirir vantagens para si próprios e para o bem comum.

⁷ Em tempos posteriores o Porto viveu épocas que estimularam esse propósito de obter a consagração escrita de um estatuto da cidade e do grupo que a governava – *cf.* Adelaide Pereira Millán da Costa, *Projeção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999, pp. 34-39.

⁸ ANTI, *Chanc. D. Duarte*, liv. 1, fols. 182v/184, trasladado no *Corpus Codicum Latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipal portugalensi asservantur antiquissimorum*, vol. I, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1891, pp. 141-144.

⁹ Cf., por exemplo, Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro B*, fols. 264-265; *Id.*, *Livros de Vereações*, liv. 3, fols. 94-97v; *Id.*, *Ibid.*, liv. 4, fols. 25A-26; *Carta que os moradores da Cidade do Porto mandarão a ELRey Dom João o 3.º*, publicada por A. de Magalhães Basto, *Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsidios para a história da cidade de Lisboa*, col. *Documentos e Memórias para a História do Porto*, 17, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1947, pp. 99-104.

¹⁰ Cf. o capítulo 'A Corte e o Espaço' de Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média* col. Memória e Sociedade, Lisboa, Difel, 1995, pp. 241-293.

¹¹ Cf. Maria do Carmo Serén e Gaspar Martins Pereira, 'O Porto Oitocentista' e François Guichard, 'O Século XX', in *História do Porto* ..., pp. 450-520 e 560-573.

¹² *Ibid.*, pp. 452-453 e 512-513.

¹³ Cf. Artur de Magalhães Basto, *O Porto dos descobrimentos*, in *Nova Monografia do Porto*, org. por Carlos Bastos, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1938, pp. 99-100.

¹⁴ Adiantam-se, apenas, algumas pistas norteadoras de um estudo mais alargado que, em tempo oportuno, se divulgará.

¹⁵ Vd., por exemplo, de António Cruz, 'O Porto na génese dos descobrimentos', in *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, 7, Número Especial dedicado ao Infante D. Henrique, Porto, 1960, pp. 1-2.

¹⁶ Título de um sub-capítulo da autoria de Damião Peres, in *História da cidade do Porto*, dirig. por A. de Magalhães Basto, Damião Peres, António Cruz, vol. 1, Porto, Portucalense Editora, 1962, p. 87.

¹⁷ António Cruz, 'Quando o Porto socorreu Lisboa (1384)', in *Velho burgo (Alguns aspectos, figuras e casos do Porto antigo)*, Porto, 1953.; 'Auxílio (do) prestado a Lisboa pelos portuenses no cerco de 1384', in *Duas cidades ao serviço de Portugal*, vol. 1, Porto, 1947.

¹⁸ Título de um artigo de J. A. Pinto Ferreira, in *Studium Generale. Boletim do Centro de Estudos Humanísticos*, 7, ... p. 185. Transformou-se, praticamente, numa expressão idiomática utilizada na actualidade; cf. o catálogo *Henrique o Navegador, Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique*, 1994.

¹⁹ Vd., por todos, Armindo de Sousa, 'Tempos Medievais', in *História do Porto*...

²⁰ *A História Continua*, Lisboa, Edições Asa, 1991, p. 54.